UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

ISABEL ERICA SILVA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002, COM O
ADVENTO DO INSTITUTO DA GUARDA COMPARTILHADA NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2020

ISABEL ERICA SILVA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002, COM O
ADVENTO DO INSTITUTO DA GUARDA COMPARTILHADA NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação
do Centro Universitário Leão Sampaio como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Direito.
Orientador: Prof. Karinne de Norões Mota

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2020

ISABEL ERICA SILVA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002, COM O
ADVENTO DO INSTITUTO DA GUARDA COMPARTILHADA NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação
do Centro Universitário Leão Sampaio como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovado em: 16/12/2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Esp^a. Karinne de Norões Mota
(Orientadora)

Prof^a. Esp^a. Alyne Andrelyna Lima Rocha Calou
(Examinador)

Prof^a. Ma. Joseane de Queiroz Vieira
(Examinador)

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2020

ANÁLISE DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002, COM O ADVENTO DO INSTITUTO DA GUARDA COMPARTILHADA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Isabel Erica Silva de Oliveira¹
Karinne de Norões Mota²

RESUMO

O trabalho sob análise tem como fito explicar o assunto referente a guarda compartilhada, versando sobre as mutações do poder familiar ao longo do tempo, conceituando o instituto da guarda juntamente com suas modalidades e, por conseguinte, analisar a guarda compartilhada, de maneira a ser elencada através das mudanças ocorridas no Código Civil de 2002, com o advento do referido instituto no ordenamento jurídico brasileiro, esse que foi instaurado pela Lei 11.698 de junho de 2008, bem como ainda regulamentado posteriormente com a Lei 13.058 de dezembro de 2014, sendo ainda examinado os possíveis benefícios e malefícios preconizados na lei por meio do instituto. A pesquisa possui o método qualitativo, descritivo e bibliográfico, com considerações que foram realizadas com estudos, mediante ponderações feitas por doutrinadores como também, de artigos científicos. Diante disso, conclui-se com a efetiva análise acerca das alterações do poder familiar, das mudanças trazidas para o Código Civil de 2002, a partir do surgimento da guarda compartilhada no ordenamento jurídico brasileiro, bem como os benefícios e possíveis malefícios preconizados na lei, de forma a cooperar com pesquisas subsequentes.

Palavras-Chave: Poder Familiar. Guarda. Guarda Compartilhada.

ABSTRACT

The task under analysis aims to explain the subject related to shared custody, dealing with changes in family power over time, conceptualizing the custody institute together with its modalities and, therefore, analyzing shared custody, in order to be listed through of the changes that occurred in the Civil Code of 2002, with the advent of that institute in the brazilian legal system, which was established by Law 11,698 of June 2008, as well as still later regulated by Law 13,058 of December 2014, and the possible benefits and harms recommended by law through the institute. The research has a qualitative, descriptive and bibliographic method, with considerations that have been carried out with studies, based on considerations made by doctrinators as well as scientific articles. Therefore, it concludes with the effective analysis of the changes in family power, of the changes brought to the Civil Code of 2002, from the emergence of shared custody in the brazilian legal system, as well as the benefits and possible harms recommended by law, in order to contribute to subsequent research.

Keywords: Family Power. Guard. Shared custody.

1 INTRODUÇÃO

O poder familiar, por muito tempo vigorou como pátrio poder, onde o homem era o

¹Discente do curso de direito da UNILEÃO. Email: erica201916@hotmail.com

²Docente do curso de direito da UNILEÃO. Email: karinnemota@leaosampaio.edu.br

chefe da família, nesse contexto algumas legislações disciplinavam sobre este. Contudo, com o advento da Constituição Federal de 1988, houve a equivalência dos direitos entre o homem e a mulher, no entanto, a troca da expressão pátrio poder por poder familiar ocorreu posteriormente, na Lei 12.010 de 2009 (BRASIL, 1990; GONÇALVES, 2020). Cabe ressaltar que, com o poder familiar conferido a ambos os pais, proporciona uma reflexão acerca da importância de tratar sobre o cenário dos filhos frente ao divórcio dos pais, nesse sentido tem-se a guarda. (SANTANA, 2011)

O termo *guarda* trata do instituto que propõe a proteção da criança e do adolescente, e os seus responsáveis possam garantir o desenvolvimento, a dignidade, bem como melhor interesse do menor (CANEZIN, 2005). Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, que rege o ordenamento jurídico brasileiro, nos termos do artigo 229, “dispõe sobre o dever de os pais assistir e educar os filhos menores”. (BRASIL, 1988)

Nessa perspectiva, a legislação civil pátria dispôs de alguns institutos jurídicos a fim de garantir a efetivação de direitos e a dignidade humana, princípio este norteador da Carta Magna de 1988 e, por conseguinte, do ordenamento jurídico vigente (GONÇALVES, 2020). Dentre tais institutos, destaca-se o da guarda, que, a princípio, estava previsto com um aspecto só: unilateral. Esta, se configura na imposição de responsabilidades de um dos genitores sobre os filhos. (BRASIL, 2008)

Não obstante, com vistas do melhor interesse da criança e do adolescente, em 2008 foi promulgada a Lei nº 11.698 que dispõe acerca de uma nova ramificação do instituto da guarda, sendo esta, também, na modalidade compartilhada entre os genitores. Diante do exposto, a responsabilidade torna-se conjunta e os pais exercem os mesmos direitos e deveres sobre o filho. (OLIVEIRA, 2015; PAES, 2017)

A referida legislação, nesse sentido, aborda um contexto novo, de forma a ser possível o convívio do filho com ambos os pais de modo a não se restringir a convivência com apenas um de seus genitores (OLIVEIRA, 2015). Diante disso, levando em consideração o interesse da criança e do adolescente, é importante que sejam analisadas as mudanças ocorridas na lei acerca da guarda compartilhada.

Com esse instituto busca-se a divisão do tempo do filho entre os ascendentes de maneira equilibrada, conforme o contexto de cada caso, o que acaba por acarretar diversas questões que envolvem dilemas entre os familiares, podendo vir a interferir no relacionamento entre os integrantes desta, bem como são capazes de influenciar no desenvolvimento da guarda compartilhada, conseqüentemente no desenvolvimento do menor. (OLIVEIRA, 2015; STRONG, 2010)

O intuito em analisar as mudanças ocorridas a começar do advento do instituto em questão, surgiu com base no crescimento de decisões que acatam a guarda compartilhada no Brasil. O índice de registro da guarda compartilhada no caso de separação de casais com filhos menores é crescente, tendo o aumento de 13,4%, no período relativo aos anos de 2014 e 2017 de acordo com as Estatísticas do Registro Civil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2014- 2017 *apud* MARTINS; TALLMANN; ZASSO, 2019)

Dado esse crescente número, percebe-se que é importante considerar o melhor interesse do menor (BARONI, CABRAL, CARVALHO, 2015). Nesse sentido, a família bem como o Estado e a sociedade em sua estrutura, devem assegurar à criança e ao adolescente, de forma efetiva, os direitos essenciais que promovam a qualidade de vida em sua plenitude, em conformidade com o que dispõe a Carta Magna de 1988, em seus artigos 227 e 229. (BRASIL, 1988)

Em contrapartida, faz-se importante ressaltar que muitos fatores contribuem para a não efetividade do instituto em análise, tendo assim, fragilidades. Dessa maneira, além dos benefícios, podem existir os malefícios para as partes envolvidas (ABREU, 2016). Logo, o estudo se faz relevante por perpassar as discussões acadêmicas dado a importância do assunto.

Destarte, o trabalho em questão tem como objetivo geral, discutir acerca das mudanças ocorridas na lei frente ao instituto da guarda compartilhada no que diz respeito aos benefícios e malefícios por ela preconizada. Tendo ainda como objetivos específicos, registrar as mudanças ocorridas do poder familiar ao longo da história, com relação as leis, discorrer sobre o instituto da guarda e suas modalidades, bem como da guarda compartilhada de forma a comparar as mudanças ocorridas na Lei 10.406 de 2002 a partir da Lei nº 11.698, de 2008 e da Lei nº 13.058 de 2014 e pontuar os benefícios e malefícios preconizados a partir das mudanças na lei.

A contribuição desse estudo não pretende se esgotar nesse momento, uma vez que, busca trazer informações para colaborar com estudos posteriores e ainda com as pessoas que atuam no âmbito da presente pesquisa, ademais levantar uma certa discussão acerca do referido instituto, bem como contribuir para adequações em supostas lacunas existentes, em busca do bem estar para a população.

A lei em comento trouxe alterações significativas para o ordenamento jurídico, de modo a interferir nas relações familiares e na sociedade como um todo. Dessa maneira, quais as mudanças trazidas pela lei acerca do instituto da guarda, com o advento da guarda compartilhada?

2 METODOLOGIA

A pesquisa possui uma classificação, assim, conforme afirma Farias Filho e Arruda Filho (2015, p.59), “a classificação de uma pesquisa ainda em fase de projeto permite verificar que tipo mais adequado de procedimentos metodológicos deve-se tomar e também a possibilidade de readequar as questões de pesquisa, os objetivos e suas hipóteses”. Nesse diapasão, a sua finalidade é de natureza básica-pura, visto que esse tipo de pesquisa não busca gerar resultados, mas primordialmente conteúdo de cunho elucidativo acerca da temática abordada, a ponto que atinge de forma categórica os seus interessados. (FARIAS FILHO, ARRUDA FILHO, 2015; GIL, 2018)

Quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa descritiva, ou seja, a exposição de peculiaridades inerentes a determinado fenômeno ou a identificação de relações intrínsecas entre variadas circunstâncias (GIL, 2018). No que tange à forma de abordagem, esta é caracterizada como qualitativa, pois trata-se do estudo de determinada realidade e do ponto de vista do pesquisador. Nesse sentido, faz-se importante salientar que a referida maneira de abordagem do tema faz uma espécie de relação entre o factual e o conteúdo abordado em tese, isto é, no aspecto do dever ser. (FARIAS FILHO, ARRUDA FILHO, 2015)

No que diz respeito a base de dados, foram utilizados como livros, artigos científicos, revistas, pesquisas em sites especializados, a título de exemplo destacamos Google acadêmico e *Scientific Electronic Library Online* - SCIELO, usando-se de descritores como, guarda compartilhada e seus aspectos, mudanças no Código Civil com o advento da guarda compartilhada, guarda compartilhada seus benefícios e malefícios, entre outros. Os critérios empregados consistiram em matérias que desenvolvessem da melhor forma o assunto da presente pesquisa, tendo como intuito efetivar a busca e almejar os objetivos já traçados anteriormente.

No que se refere aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo em conta que sua elaboração leva em consideração material já publicado, e tem por base doutrina, legislação, artigos científicos, dissertações, entre outros (GIL, 2018). No que se tange ao assunto abordado em livros, usados como base de dados, a pesquisa se valeu de alguns doutrinadores, a título de exemplo Carlos Roberto Gonçalves, Flávio Tartuce, Maria Berenice Dias e Silvio de Salvo Venosa.

A presente pesquisa é bibliográfica e qualitativa, logo, no que concerne a análise de dados, consiste na análise de conteúdo, que segundo Farias Filho e Arruda Filho (2015), realiza-se por meio da presença de certos atributos de um conteúdo de mensagem, assim

ocorrerá análise do que já foi colhido juntamente com entendimentos dos doutrinadores, para ser empregado no desfecho. Diante disso, para que haja um melhor progresso na análise de conteúdo, é preciso técnicas por meio de fases, assim segundo Farias Filho e Arruda Filho (2015, p.140-142), “fase de pré-análise do material pesquisado, recorte do conteúdo, fase de análise e descrição do material recortado e interpretação do material já colhido anteriormente”.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DO PODER FAMILIAR

No Direito Romano, o poder familiar era predominado pelo patriarcado, poder conferido à figura masculina, ao pai, onde este tomava as decisões referentes à família, tanto às esposas, quanto aos filhos, desde que estes fossem legítimos. Diante disso, no Brasil, por muito tempo vigoraram preceitos do Direito Romano e, com isso, grande foi a influência deste no Código Civil de 1916 ainda que de forma mais atenuada. (BRASIL,1916; GONÇALVES, 2020; OLIVEIRA, 2015)

O Código Civil de 1916 dispôs sobre o marido ser o chefe da sociedade conjugal, assim como também firmou em sua redação que o pátrio poder seria exercido pela figura do marido, na constância do casamento, e, na ausência deste, a mulher figuraria como chefe. Ademais, extinto o casamento pela morte de um dos cônjuges o sobrevivente exerceria o poder familiar. (BRASIL, 1916; OLIVEIRA, 2015)

Ao longo do tempo, algumas formas de exercício do poder familiar foram se estabelecendo no ordenamento jurídico, com a elaboração de leis que visavam primordialmente a proteção da parte mais vulnerável. Como, por exemplo, a Lei nº 4.121, sancionada em 1962, mais conhecida como o Estatuto da Mulher Casada, que garantia aos dois genitores o pátrio poder, assim o poder era efetivado pelo pai com o auxílio da mãe, ademais dispôs basicamente acerca da situação da mulher no âmbito da sociedade conjugal, como também, em caso de desquite judicial, o destino dos filhos ao genitor que não fosse considerado culpado. Caso o casal fosse considerado culpado, os filhos menores ficariam com a mãe, exceto decisão oposta do juiz. Não ficando sob guarda do pai e nem da mãe, o juiz decidiria sobre o filho ficar com outra pessoa da família, sendo assegurado o direito de visita. (ALVES, 2009; BRASIL, 1962; DIAS, 2020)

Posteriormente, no ano de 1977, foi promulgada a lei 6.515, ou Lei do Divórcio, com o objetivo de regular os casos de dissolução da sociedade conjugal, tratando ainda dos seus respectivos efeitos. Dentre estes, o amparo que a referida lei trouxe com relação aos filhos,

além de ratificar o que já disposto no Estatuto da Mulher, expôs de forma mais ampla sobre a proteção dos filhos, com o final do casamento. (BRASIL,1977; OLIVEIRA, 2015)

Por conseguinte, a Constituição Federal de 1988, denominada como “Constituição Cidadã”, assim como o Direito como um todo, em busca de acompanhar a evolução da sociedade, trouxe diversas alterações, além de instituir a família como base da sociedade, considerou outras maneiras de constituí-la, como também reputar todos os filhos como legítimos, não importando se concebido no casamento ou fora deste, ainda assim tratou de forma igualitária o homem e a mulher, conferindo aos pais, o exercício do poder familiar frente aos filhos. Com isso, busca-se a efetivação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, firmado como fundamento do Estado Democrático de Direito, previsto no primeiro artigo da Carta Magna, consagrando o dever do Estado em garantir a sua concretização. (BRASIL, 1988; GONÇALVES, 2020; OLIVEIRA, 2015; OLIVEIRA, 2020)

Outrossim, a Carta Magna disciplinou de forma mais abrangente o dever de amparo tanto dos pais para com os filhos, e vice-versa, conforme dispõe o artigo 226, *caput*, assim como também o artigo 227 traz o dever de outros, mas também da família de assegurar prioritariamente os direitos das crianças, baseando-se ainda no princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. (BRASIL,1988; TARTUCE, 2020; OLIVEIRA,2020)

Nesse contexto, com o fim de melhor garantir os direitos das crianças e adolescentes, conseqüentemente dos filhos, foi introduzido no ordenamento jurídico a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nesse período, as crianças e adolescentes tornaram-se sujeitos de direito, assim o artigo 21 da referida lei aduz que, “o pátrio poder será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência”. Ressalta-se que o termo pátrio poder, fora substituído por poder familiar, pela Lei 12.010 de 2009, outrossim essa época fora marcada por mudanças significativas com fulcro na proteção ao menor. (BRASIL, 1990; DIAS, 2020)

Diante disso, na oportunidade, foi estabelecido o exercício de forma equânime sobre o poder familiar, entre o pai e a mãe, determinando ainda direitos, deveres e responsabilidades destes para com os filhos, em busca de melhor garantir o interesse da criança e do adolescente (BRASIL, 1990). Em 2002 passou a vigorar o novo Código Civil pela Lei 10.406, que redigiu sobre o poder familiar, trazendo na redação do artigo 1.632 que “a separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre pais e filhos senão quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos”.

(BRASIL, 2002)

Ademais, conforme Maria Berenice Dias (2020, p. 303), “Destaca que o interesse dos pais está condicionado ao interesse do filho, de quem deve ser haurida a legitimidade que fundamenta a autoridade”. Destarte, a chamada autoridade parental ou responsabilidade parental que se fundamenta no princípio da proteção integral de crianças e adolescentes. Isto posto, o poder familiar consiste numa série de atribuições que são designadas aos pais com o propósito de resguardar o melhor interesse da prole. Cabe ressaltar que as referidas atribuições vão além da área material, se estendendo a área afetiva, devendo uma certa atenção ao que as normas do Estado impõem. (DIAS, 2020)

4 DO INSTITUTO DA GUARDA E SUAS MODALIDADES

Nesse novo cenário, diante das alterações legislativas e dos direitos postos referentes ao poder familiar, faz-se fundamental trazer à discussão como ficaria a situação dos filhos frente ao divórcio dos pais. Nessa perspectiva, considerando o contexto histórico do exercício do poder familiar, infere-se que este não se modifica com o fim da sociedade conjugal; os direitos e deveres para com os filhos por parte dos genitores não se alteram. Assim, a partir do momento em que ocorre o desenlace conjugal, surge o instituto jurídico titulado guarda com a finalidade de regulamentar a situação dos filhos menores frente aos genitores. (SANTANA, 2011)

A guarda, atualmente chamada de convivência familiar é nada mais, segundo Ribeiro (2019), que a “ação de guardar, de cuidar, proteger”. Esse instituto jurídico estabelecido pela legislação civil vigente se expressa como sendo um poder-dever dos progenitores para com seus filhos na garantia do seu bem-estar. (DIAS, 2020)

A guarda dos filhos menores é atributo do poder familiar. Compete aos pais ter os filhos menores em sua companhia e guarda. O outrora pátrio poder, hoje poder familiar, gera um complexo de direitos e deveres, sendo a guarda um de seus elementos, conforme dispõe Venosa (2020).

Para Carlos Roberto Gonçalves (2020, p.190), “a guarda é, ao mesmo tempo, dever e direito dos pais [...] obriga à assistência material, moral e espiritual”. Neste diapasão, o direito e dever de assistência mútuas perante o término do vínculo conjugal tem-se normatizado através do instituto da guarda que, diante da análise de cada caso, precisa ser regulamentada, com observância do princípio do melhor interesse da criança e adolescente. (TARTUCE 2020; TELES, 2015)

Diante do exposto, visando o bem-estar da criança e do adolescente, tem-se as modalidades de guarda, quais sejam, unilateral, compartilhada e alternada; esta última não é abordada no ordenamento jurídico brasileiro. Caso não haja concordância entre os pais, o magistrado decidirá com fundamento no melhor interesse do menor, qual tipo de guarda mais adequada para ser aplicada ao caso concreto, conforme disposto no artigo 1.612 do Código Civil de 2002. (BRASIL, 2002; DIAS, 2020; TELES, 2015)

Cabe observar que, mesmo havendo decisão mútua dos pais de qual guarda ser utilizada é necessária a homologação do juiz, com aprovação do Ministério Público, no caso de uma liminar, em ordem preferencial, o magistrado deverá ouvir primordialmente os pais, desde que não prejudique a situação do menor, assim como também, após a fixação do instituto, este deverá ser alterado menos vezes possíveis, até a sentença final. (DIAS, 2020)

A guarda unilateral, consolidada no Código Civil de 2002, nos termos da redação original, é concedida ao cônjuge com melhores condições para exercê-la, sendo à outra parte assegurado o direito de visitas, não se havendo de levar em consideração a questão do cônjuge culpado antes previsto na Lei do Divórcio. Após a promulgação da Lei nº 11.698 de 2008, a guarda unilateral conforme artigo 1.583, parágrafo 1º do Código Civil, é “atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua [...]”, outrossim, o artigo 1584, inciso I do mesmo Código, traz as possibilidades em que esta é aplicada, ou seja, quando é decidida pelos pais, ou na hipótese em que um dos pais, informe ao juiz de forma expressa não querer o instituto da guarda compartilhada. (ALVES, 2009; BRASIL, 2002; BRASIL, 2008; DIAS, 2020; GONÇALVES, 2020, OLIVEIRA,2020)

Nesse sentido, é estabelecido pela Lei 10.406 de 2002 (Código Civil), mais precisamente o artigo 1583, caput, com redação dada pela Lei 11.698 de 2008 e parágrafo 5º com redação incluída pela Lei 13.058 de 2014:

Art.1583. A guarda será unilateral ou compartilhada.

§5º A guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos, e, para possibilitar tal supervisão, qualquer dos genitores sempre será parte legítima para solicitar informações e/ou prestação de contas, objetivas ou subjetivas, em assuntos ou situações que direta ou indiretamente afetem a saúde física e psicológica e a educação de seus filhos.

Nessa perspectiva, a criança ou adolescente ficará com um dos cônjuges que será designado pelo magistrado como o mais habilitado para cuidar do menor. No que tange ao outro consorte, também será concedido judicialmente o direito de visitas, assim como também será estabelecido a forma como estas irão acontecer. Ainda serão previstos os alimentos que deverão ser fornecidos pelo genitor o qual não detém a guarda, bem como será assegurado a

este o direito de supervisionar os interesses da criança ou adolescente, assim poderá requerer prestação de contas e averiguar casos que afetem o desenvolvimento da criança. (BRASIL, 2002; BRASIL 2008; DIAS, 2020; TELES, 2015)

A guarda alternada, apesar de não prevista de forma direta no ordenamento jurídico, muito é confundida com a guarda compartilhada. No entanto, aquela consiste na divisão do tempo do filho, o qual passaria um tempo com o pai e o restante com a mãe, vice-versa. Neste, o tempo da guarda é revezado, sujeitando-se à forma decidida judicialmente, (GAGLIANO, PAMPLONA FILHO, 2019). Nesse sentido, disciplina Sílvio Venosa (2020, p. 203) “não se confunde a guarda compartilhada com a guarda alternada, a qual, mais no interesse dos pais do que dos filhos, divide-se o tempo de permanência destes com os pais em suas respectivas residências, nada mais que isso”.

No que tange à guarda compartilhada, foi introduzida no ordenamento jurídico por meio da Lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008, no entanto, antes disso, muito já se era concedida por alguns magistrados. Esta traz a possibilidade dos pais que não moram juntos exercerem seus direitos e deveres de forma igualitária com relação aos seus filhos, baseado no critério constitucional e psicológico, o artigo 1.583, parágrafo 1º do Código Civil de 2002, com redação dada pela Lei 13.058 de 2014, dispõe que, “ [...] guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns”. (BRASIL, 2002; DIAS, 2020)

Nessa modalidade a criança ou adolescente mora com um dos pais, porém o seu cotidiano e deliberações é arquitetado pelos dois genitores, viabilizando as visitas da melhor forma possível, fazendo com que a convivência entre os envolvidos seja distribuída de maneira equilibrada, conforme circunstâncias que abrangem a vida dos pais. (CABEZON, 2014; GONÇALVES 2020; TELES 2015)

“É a modalidade de convivência que garante, de forma efetiva, a corresponsabilidade parentar, a permanência da vinculação mais restrita e a ampla participação dos dois na formação e educação do filho [...]”, conforme dispõe Maria Berenice Dias (2020, p. 380).

5 DAS ALTERAÇÕES NO CÓDIGO CIVIL COM O ADVENTO DA GUARDA COMPARTILHADA

Com vistas ao melhor interesse da criança e do adolescente, foi instituída, em 2008, no ordenamento jurídico pátrio, a guarda compartilhada, para suprir de melhor maneira os

direitos e deveres do menor (VENOSA, 2020). Nesse sentido, a Lei nº 11.698, que estabeleceu a guarda compartilhada, alterou de forma considerável os artigos 1.583 e 1.584 do Código Civil de 2002, definindo como “a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns”. (BRASIL, 1988; BRASIL, 2002; BRASIL, 2008; CABEZON, 2014)

Diante disso, com a Lei supramencionada, o parágrafo 2º trouxe em sua disposição a guarda unilateral, que seria concedida ao genitor que tivesse melhor e maior capacidade de assegurar à prole o que exposto pelos incisos seria “afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar saúde e segurança; educação”. Ademais, o parágrafo 3º garantia o direito ao genitor que não tivesse a guarda de fiscalizar os interesses do filho. (BRASIL, 2008)

A guarda compartilhada ou unilateral poderá ser requerida de diversas formas, sendo por consenso dos pais, por qualquer um deles, através do divórcio ou até mesmo em uma ação independente, que será deferida pelo magistrado de acordo com as especificidades de cada família. Destarte, no procedimento de autocomposição, mais precisamente mediação, será explicado aos genitores o conceito e a relevância da guarda compartilhada, bem como os encargos e os direitos designados a cada um, outrossim, será inteirado ainda, que será passível de uma sanção, caso ocorra transgressão a alguma cláusula estabelecida. (BRASIL, 2008; GONÇALVES, 2020)

No entanto, caso não tenha acordo entre os genitores, será instituída a modalidade compartilhada desde que viável. Na oportunidade serão abordados pelo juiz os direitos e deveres de cada um dos progenitores, e quando necessário será estipulado equipe interdisciplinar para nortear os pais, podendo o magistrado, neste caso, agir de ofício ou a requerimento do Ministério Público. Ressalta-se que, em qualquer tipo de guarda, caso haja alguma mudança ou violação de alguma regra, sem autorização, ou de forma infundada, haverá a possibilidade de diminuição de algum privilégio que fora concedido ao genitor. (BRASIL, 2008; GONÇALVES, 2020)

Isto posto, importante acentuar que sempre será levado em conta o melhor interesse do menor e, neste sentido, foi firmado no parágrafo 5º do artigo 1.584 da Lei 11.698 de 2008, que caso seja notável pelo magistrado que os pais não possuam condições de cuidar do filho, a guarda será designada a pessoa apta, sendo observado de maneira preferencial, os parentes, de modo que, primeiro os mais próximos, considerando ainda os vínculos no que tange afinidade e a afetividade. (BRASIL, 2008)

Destarte, para ampliar a regulamentação sobre o assunto foi promulgada em 2014 a Lei nº 13.058 que alterou os artigos 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 do Código Civil, para dispor

sobre a aplicabilidade da guarda compartilhada. Nessa oportunidade, o artigo 1583, parágrafo 2º foi alterado, no caso da guarda compartilhada, sendo assim instituído que o tempo de convivência com os pais será distribuído de maneira equilibrada em conformidade com as situações dos envolvidos, ademais, os incisos deste dispositivo foram revogados. (BRASIL, 2014)

No que tange ao parágrafo 3º, foi instaurado que “na guarda compartilhada a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender os interesses dos filhos”. Além disso, foi ratificado pela Lei em análise o direito do pai que não detém a guarda, de vistoriar os interesses do filho, ocorrendo uma ampliação no que tange a prerrogativa de requerer informações, que sejam de cunho relevante para o desenvolvimento da prole, ressalta-se que se o local designado não suprir as expectativas solicitadas, este é passível de multa diária. (BRASIL, 2014)

Diante disso, com a modificação realizada pela Lei 13.058 de 2014 no artigo 1.584 do Código Civil, este passou a vigorar com novos dados acerca do instituto em análise. A guarda compartilhada será atribuída, no caso em que os pais tenham capacidade de desempenhá-la, ainda que não haja consenso entre os mesmos, desde que nenhum destes de forma expressa, revele ao juiz que não estima pela guarda da prole. Dessa forma, para designar a guarda compartilhada, poderá o magistrado de ofício ou a requerimento do Ministério Público ter como fundamento as instruções estabelecidas por equipe interdisciplinar, a qual deverá considerar as disposições dos pais. Isto posto, é enfatizado pela legislação em análise que ambos os genitores serão ouvidos antes da decisão ser tomada, ainda que de forma provisória, liminar, desde que não interfira no desenvolvimento do menor. (BRASIL, 2014)

Por isso, vale salientar que essa modalidade do instituto jurídico da guarda, deve cumprir a sua finalidade, ou seja, garantir a assistência à criança ou ao adolescente sujeitos a esse regime, onde as decisões de seus genitores devem ser condizentes e democráticas, um único objetivo: o bem-estar do menor. Com isso, ressalta-se ainda que diante dessa modalidade de guarda, o pai que possui melhores condições, detém da incumbência de alimentar a prole. (DIAS, 2020)

Diante disso, é visto que o poder familiar é exercido por ambos os genitores, nesse sentido dispõe o artigo 1.634 do Código Civil com redação dada pela Lei 13.058 de 2014:

Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos
I - dirigir-lhes a criação e a educação;
II - exercer a guarda unilateral ou compartilhada nos termos do art. 1.584;
III - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para casarem;

- IV - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para viajarem ao exterior;
- V - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para mudarem sua residência permanente para outro Município;
- VI - nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar;
- VII - representá-los judicial e extrajudicialmente até os 16 (dezesesseis) anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento;
- VIII - reclamá-los de quem ilegalmente os detenha;
- IX - exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição.

Nesse seguimento, portanto, “compartilhar a guarda de um filho diz muito mais com a garantia de que ele terá pais igualmente engajados no atendimento aos deveres inerentes ao poder familiar, bem como, os direitos que tal poder lhes confere”, assim ressalta Maria Berenice Dias. (2020, p.380)

6 BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS PRECONIZADOS NA LEI

Muitos são os benefícios, da guarda compartilhada, tanto para os pais que têm o ensejo de atuar de uma melhor forma diante do crescimento e desenvolvimento do filho, quanto para o filho que pode ter a presença de ambos os genitores, o que minimiza o sofrimento diante do divórcio dos pais.

Por conseguinte, a guarda compartilhada traz consigo a chance de tomadas de decisão em conjunto sobre os mais diversos aspectos da vida do filho, como, por exemplo, com relação à vida escolar, ao lazer, atividades do dia a dia, de forma que também não encarrega de forma exacerbada apenas um dos genitores.

Ademais, impossibilita de a prole presenciar os mais tipos diversos de conflitos, bem como é assegurado ao menor, o amor e a educação de ambos os pais. Além disso, as chances de uma provável alienação parental, devido ao afastamento de um dos genitores do convívio com o filho, tornam-se menores, tendo em vista a melhor distribuição do tempo no cotidiano deste com aqueles. (GONÇALVES 2020; OLIVEIRA, 2015; TURCATTO, 2011)

É patente, que certos dilemas que envolvem a vida conjugal dos genitores, podem afetar e interferir na relação destes com o (s) filho (s), de modo que, um dos genitores possa se valer da prerrogativa de ter esta relação para atingir ou intimidar o outro genitor, com o intuito de retaliação (DIAS, 2020). Diante disso, destaca-se a Síndrome da Alienação Parental, que dispõe Carlos Roberto Gonçalves (2020, p. 296) “[...] magoado com o fim do casamento e com a conduta do ex-cônjuge, procura afastá-lo da vida do filho menor, denegrindo a sua imagem perante este e prejudicando o direito de visitas”.

A Alienação Parental é regulada pela Lei 12.318 de 2010, onde é definida no seu artigo 2º, e nos incisos do parágrafo único do referido artigo, são elencadas formas em que a síndrome em questão, pode ser caracterizada. (BRASIL, 2010; GONÇALVES 2020)

Isto posto, observa-se que na guarda compartilhada é prevista a convivência distribuída de forma equilibrada dos genitores com o filho, dessa maneira, constitui uma forma de amenizar a incidência na síndrome em análise, uma vez que, o filho terá a oportunidade de conviver com ambos os pais, e poderá saber o que realmente estes são, independentemente do que o outro genitor especule. Ressalta-se que, este instituto de guarda, ameniza a síndrome, mas não erradica de forma plena, visto que, se faz necessário uma série de medidas para que esse instituto se efetive.

Maria Berenice Dias (2020), defende que, o objetivo da guarda compartilhada seria de assegurar os direitos de todos os envolvidos, bem como o desenvolvimento de forma plena do filho. Ademais, ressalta que, ambos os genitores têm a mesma relevância na vida da prole, dessa forma, seria viável afastá-los da guarda unilateral, sempre que plausível, uma vez que, no caso desta, verifica-se um certo distanciamento da prole com relação ao genitor que não detém sua guarda, onde, nessa hipótese ocorre a regulação de visitas, que, por algumas vezes, esse dia previsto pode não ser um dia adequado.

Entretanto, o instituto jurídico objeto dessa pesquisa também traz consigo certos malefícios, fragilidades, uma vez que, com a sua instituição, faz-se necessária uma convivência equilibrada entre os pais, onde sejam ultrapassadas as barreiras que envolvem o relacionamento destes. (OLIVEIRA, 2015; TURCATTO, 2011; VENOSA 2020)

Nessa perspectiva, pode-se inferir que raras são as vezes em que tal equilíbrio é demonstrado, levando em consideração que os genitores podem ser contraditórios nas tomadas de decisões e não possuir um bom relacionamento, e, assim, o instituto perde efetividade causando mais danos para o desenvolvimento do filho. Ainda importante, se faz ressaltar que a lei prevê a imposição judicial do compartilhamento da guarda, e isso, muitas vezes, pode ocasionar um ambiente de disputa entre os pais e acaba se tornando motivo para o descumprimento de ordens por parte da criança ou adolescente. (OLIVEIRA, 2015; TURCATTO, 2011; VENOSA 2020)

Ato contínuo, Flávio Tartuce (2020), preceitua que, para a real efetivação do instituto da guarda compartilhada, se faz necessário o equilíbrio, entendimento e uma convivência tranquila entre o casal, com o objetivo de não causar dano a prole.

Ademais, na guarda compartilhada, de certa forma, o (s) filho (s) possuirá duas residências, precisando assim, de uma moradia de referência, o que é recomendável por

especialistas do âmbito psicossocial. (DIAS, 2020)

Nesse sentido, no artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) **reza** que, “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”. Dessa forma, o instituto da guarda compartilhada traz benefícios significativos, no entanto, possui algumas fragilidades, fragilidades essas que podem ser superadas. Assim, é importante que seja observado até onde está beneficiando ou prejudicando o filho, ainda que se valendo da legislação vigente, analisar as peculiaridades que envolvem cada família, para que seja adotado o regime de guarda necessário e, conseqüentemente, para que os direitos e deveres das crianças e adolescentes sejam assegurados e efetivados. (OLIVEIRA, 2015)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente trabalho foi abordado o contexto histórico do poder familiar, este que, no início se fazia presente pelo patriarcado, designado como pátrio poder e, com o passar do tempo, com a atualização das Leis, passou a ser chamado de poder familiar, uma vez que, oportuniza ambos os pais a exercerem o poder familiar de forma igualitária. Nesse contexto, ao longo dos anos, ocorreram muitas mudanças frente às normas que foram sendo estabelecidas, nessa perspectiva, no que concerne ao papel da mulher e dos filhos, os seus direitos passaram a serem melhor assegurados, especialmente com o advento da Carta Magna de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Isto posto, foi também discutido no trabalho a situação dos filhos diante do divórcio dos pais, a qual não sofre alteração, resultando assim, no instituto da guarda, que vai regulamentar a situação. Nessa ocasião, foi abordada a guarda, bem como suas modalidades: unilateral, em que o seu exercício é designado a um só dos genitores; compartilhada, que confere aos genitores uma convivência exercida de forma equilibrada; e, alternada, esta última que não tem previsão legislativa, mas é confundida, muitas vezes, com a compartilhada, e consiste apenas na divisão do tempo destinado aos genitores para ficarem com seus filhos. Assim, foram elencadas as descrições do instituto da guarda, bem como a forma que as mesmas são aplicadas, nos termos da legislação vigente.

Ato contínuo, foram pautadas as mudanças trazidas no Código Civil de 2002, onde artigos foram alterados com a instauração do instituto da guarda compartilhada. No mais, definiu-se o instituto, forma de aplicação e como este poderia ser adotado. Diante disso,

verifica-se que a guarda compartilhada emergiu com o intento de melhor garantir os direitos do filho, bem como dos genitores, uma vez que permite aos filhos o acompanhamento de ambos os pais de forma acentuada, ainda que divorciados, e aos pais de exercerem o poder familiar, pautado em uma convivência equilibrada, e um engajamento simultâneo na educação e criação dos filhos, posto que a responsabilização também é efetuada de forma concomitante.

Nessa sequência, foram analisados, frente ao estabelecido na legislação, os benefícios e os possíveis malefícios que o instituto em questão poderia causar. Nesse sentido foi observado que, apesar dos benefícios, como, por exemplo, a presença dos pais divorciados de forma efetiva na vida do filho, o instituto possui também algumas precariedades, como situações nos quais não há equilíbrio na relação dos pais. Além disso, destaca-se que a guarda compartilhada, apesar de, por muitas vezes, não ser aceita pelos genitores, é imposta, o que pode derivar na não efetivação do instituto. Dessa forma, faz-se necessário inspeção do caso concreto, uma vez que somente após essa averiguação, deverá ser tomada a decisão de qual tipo de guarda deve ser adotada, se valendo da prerrogativa de sempre verificar o melhor interesse do menor.

Neste diapasão, conclui-se que, muitas foram as mudanças ocorridas no Poder Familiar durante o contexto histórico inserido no presente trabalho, onde os direitos das crianças e das mulheres no papel familiar foram sendo assegurados de forma gradativa no decorrer do tempo. Diante disso, com o fito de assegurar o melhor interesse do menor e regular a sua situação, foi intitulado o Instituto da Guarda que possui modalidades, quais sejam, a unilateral, a compartilhada e a alternada, conforme se vê no decorrer do presente trabalho.

No que concerne as mudanças ocorridas no Código Civil com o advento do instituto da guarda compartilhada, infere-se que foram significantes, posto que, possibilitou aos filhos e aos pais, ainda que separados, de terem a presença uns dos outros, para melhor garantir os direitos de todos, sobretudo da prole, ademais com relação aos benefícios e possíveis malefícios, ambos notórios, ainda que possua mais benefícios. Deverá cada caso ser observado na sua realidade, concretude, bem como os atributos e particularidades que envolve cada entidade familiar, para que seja estipulada a melhor modalidade de guarda, e sejam os direitos de todos os envolvidos assegurados.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. **Guarda Compartilhada**: Aspectos positivos e negativos sob a ótica dos pais. Trabalho de Conclusão de Curso Psicologia – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz

do Sul, 2016.

ALVES, L. B. M. A guarda compartilhada e a Lei nº 11.698/08. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 14, n. 2106, 7 abr. 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12592>. Acesso em: 2 jun. 2020.

BARONI, A.; CABRAL, F. K. B.; CARVALHO, L. R. **O princípio do melhor interesse dos filhos em ações de guarda**. Disponível em: <https://direitofamiliar.com.br/o-principio-do-melhor-interesse-dos-filhos-em-acoes-de-guarda/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm Acesso em: 2 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 2 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4121.htm. Acesso em: 2 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. **Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16515.htm. Acesso em: 2 jun. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 2 jun. 2020.

BRASIL. Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010. **Dispõe sobre alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de julho de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm. Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL, Lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008. **Altera os arts. 1583 e 1584 da Lei nº 10.406 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111698.htm. Acesso em: 2 jun. 2020.

BRASIL, Lei nº 13.058, de dezembro de 2014. **Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113058.htm. Acesso em 2 jun. 2020.

CABEZON, R. **Breves comentários sobre a Lei nº 13.058/14**. 2015. Disponível em:

<https://cabazon.jusbrasil.com.br/artigos/159452665/breves-comentarios-sobre-a-lei-n-13058-14>. Acesso em: 2 jun. 2020.

CANEZIN, C.C. Da guarda compartilhada em oposição à guarda unilateral. **Revista Brasileira de Direito de Família**. 2005. Disponível em:

http://www.professorchristiano.com.br/artigosleis/artigo_claudete_guarda.pdf

DIAS, M.B. **Manual de Direito das Famílias**. 13º ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2020.

FARIAS FILHO, M. C; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. **Novo curso de direito civil: direito de família** vol. 6.9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GONÇALVES, C. R. **Direito de família: Direito civil brasileiro** vol. 6. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. 736 p.

OLIVEIRA, C. S. et.al. (Coordenadoras). **Elas na advocacia**. Porto Alegre: OAB/RS, 2020. Disponível em: http://esars.org.br/ebooks/E-BOOK_ELAS_NA_ADVOCACIA_COMPLETO.pdf#page=99. Acesso em: 19 abr. 2020.

OLIVEIRA, M. S. A guarda compartilhada e seus aspectos positivos e negativos no desenvolvimento do menor. **Jornal eletrônico faculdades integradas Vianna Júnior**, Ed. III, 2015. Disponível em: <https://jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/385/365>. Acesso em: 19 abr. 2020.

PAES, L. C. A. A guarda compartilhada sob o enfoque do melhor interesse da criança.

Conteúdo Jurídico. Disponível em:

<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51058/a-guarda-compartilhada-sob-o-enfoque-do-melhor-interesse-da-crianca>. Acesso em: 19 abr. 2020.

RIBEIRO, D. **Dicio – Dicionário Online de Português**. 2019. Disponível em:

<https://www.dicio.com.br/guarda/>. Acesso em: 2 jun. 2020.

SANTANA, C. R. O exercício do poder familiar após o desenlace conjugal por meio do instituto jurídico denominado guarda. **Revista Videre**, [S.l.], v. 3, n. 5, p. 189-215, out. 2011. ISSN 2177-7837. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/978>. Acesso em: 02 jun. 2020.

STRONG, M. I. Reflexões bioéticas em situações de família: a guarda compartilhada de filhos. **Rev. Bioethikos - Centro Universitário São Camilo**. 4(4):461-471.2010. Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/80/Bioethikos_461-471_.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

TALLMANN, H.; ZASSO, J.; MARTINS, R. **Pais dividem responsabilidades na guarda compartilhada dos filhos**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23931-pais-dividem-responsabilidades-na-guarda>

compartilhada-dos-filhos. Acesso em: 19 abr. 2020.

TARTUCE, F. **Direito Civil:** direito de família vol. 5. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

TELES, V. V. A. S. **Guarda Compartilhada: *An alternative to Parental Alienation***. Trabalho de Conclusão de Curso Direito – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/32152-155914-1-pb_0.pdf. Acesso em: 2 jun. 2020.

TURCATTO, B. M. Guarda compartilhada e seus benefícios para o infante: um enfoque favorável à luz da legislação brasileira. **Biodiversidade**, v. 10, n. 1, 2011. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/biodiversidade/article/viewFile/428/392>. Acesso em: 01 jun. 2020.

VENOSA, S. S. **Direito Civil:** família e sucessões. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2020.